

DIEX Req nº 4-Altmoz/Fisc Adm/2º GAAA
EB: 64538.002851/2024-97

Praia Grande - SP, 17 de abril de 2024.

Do Encarregado do Setor de Material
Ao Ordenador de Despesas

Assunto: dispensa eletrônica – aquisição de material

Anexos: 2024NCO05115, de 3 ABR 24; Relatório de pesquisa de preços e seus anexos; cópia de e-mail; e Termo de Referência
Ref.: Decreto 10.947, de 25 JAN 22, especialmente os Art. 8º e 18.

Nos termos do contido no art. 18 do Decreto 10.947/22, solicito providências junto ao Ordenador de Despesas (OD) no sentido de aprovar a contratação do objeto abaixo relacionado.

() Anulação NE () Reforço NE
() Novo Empenho (X) Ordinário () Global () Estimativo

MATERIAL DE CONSUMO – 33.90.30

Item	Item PCA	Catmat	Especificação	Unidade	Qt	Valor	Total	Subitem
1	106	367780	Adaptador Flange com Borracha de Vedação. Tamanho: 50mm x 1,1/2", para instalações hidráulicas prediais de água fria	Unidade	2	12,03	24,06	30-24
2	106	227631	Base para registro de pressão. Tamanho: 3/4". Tipo: metal amarelo, para instalações hidráulicas prediais	Unidade	10	30,82	308,20	30-24
3	106	373932	Adaptador PVC. Tipo: Soldável e Roscável curto. Tamanho: 25mm x 3/4", para instalações hidráulicas prediais de água fria	Unidade	10	1,24	12,40	30-24
4	106	260148	Luva com Bucha PVC Azul. Tipo: Roscável e Soldável. Tamanho: 25mm x 3/4", para instalações hidráulicas prediais de água fria	Unidade	20	4,45	89,00	30-24
5	106	351416	Tê de PVC. Tipo: Soldável. Tamanho: 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Unidade	12	3,15	37,80	30-24
6	106	240429	Joelho de redução 90 graus. Tipo: Soldável. Tamanho: 32 x 25mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Unidade	12	5,87	70,44	30-24
7	106	381089	Torneira de parede. Tipo: metal cromado. Tamanho: 1/2" PCL, com bico arejador	Unidade	12	73,01	876,12	30-24
8	106	264803	Bucha de redução longa. Tipo: Soldável. Tamanho: 50 x 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Unidade	1	3,67	3,67	30-24
TOTAL.....							R\$ 1.421,59	

JOÃO VICTOR FERREIRA DE OLIVEIRA RABELO – 2º Ten
Respondendo pelo Encarregado Setor de Material

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO

Proc Origem: DIEX Req nº 4-Altmoz, de 17 ABR 24.

1. Aprovo a aquisição do objeto solicitado;
2. Submeter a apreciação do Ordenador de Despesas.

SAMUEL JENKINS VERRI – Cap
Fiscal Administrativo



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA
(GRUPO JOSÉ BONIFÁCIO E FERNANDO DE NORONHA)

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 64538.002851/2024-97)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de materiais destinados a manutenção das instalações hidráulicas da OM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador Flange com Borracha de Vedação, Tamanho: 50mm x 1.1/2", para instalações hidráulicas prediais de água fria	367780	Un	2	R\$ 12,03	R\$ 24,06
2	Base para registro de pressão, Tamanho: 3/4, Tipo: metal amarelo, para instalações hidráulicas prediais	227631	Un	10	R\$ 30,82	R\$ 308,20
3	Adaptador PVC, Tipo: Soldável e Roscável Curto, Tamanho: 25mm x 3/4", para instalações hidráulicas prediais de água fria	373932	Un	10	R\$ 1,24	R\$ 12,40
4	Luva com Bucha PVC Azul, Tipo: Roscável e Soldável, Tamanho: 25mm x 3/4", para instalações hidráulicas prediais de água fria	260148	Un	20	R\$ 4,45	R\$ 89,00

5	Tê de PVC, Tipo: Soldável, Tamanho: 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	351416	Un	12	R\$ 3,15	R\$ 37,80
6	Joelho de Redução 90 graus, Tipo: Soldável, Tamanho: 32 x 25mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	240429	Un	12	R\$ 5,87	R\$ 70,44
7	Torneira de parede, Tipo: metal cromado, Tamanho: 1/2 POL, com bico arejador	381089	Un	12	R\$ 73,01	R\$ 876,12
8	Bucha de redução longa, Tipo: Soldável, Tamanho: 50 x 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	264803	Un	1	R\$ 3,67	R\$ 3,67

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 8 meses, contados da assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.4. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [2023];
- II) Data de publicação no PNCP: [03/11/2023];
- III) Id do item no PCA: [106];
- IV) Classe/Grupo: [MATERIAL];
- V) Identificador da Futura Contratação: [Setor de Material do 2ºGAAAE].



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 1.6. A solução para a contratação que se pretende se realizar é a Dispensa Eletrônica, para aquisição de materiais hidráulicos, contemplando adaptadores, conexões e torneiras destinadas à manutenção das instalações da OM.
- 1.7. Dessa forma, a fim de tornar o processo licitatório eficiente, os bens serão adquiridos por menor preço, correspondendo às especificações do objeto descritas no item 1.1 deste Termo de Referência, ao passo que foi realizado o levantamento real das necessidades, para que atendam às demandas do órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 1.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 1.8.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
 - 1.8.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 1.8.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - 1.8.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs)

Da exigência de amostra

- 1.9. Não será exigido amostra;
- 1.10. Serão solicitados todos os dados técnicos dos itens bem como manuais e folders informativos, a fim de identificar corretamente o produto ofertado para que possa verificar a compatibilidade com o exigido pela administração;

Da exigência de carta de solidariedade

- 1.11. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

- 1.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



- 1.13. Caso a contratada possua filiais, colaboradores ou representantes, fora da sede local, será exigida no momento da habilitação, os documentos que comprovem os vínculos e o estatuto das responsabilidades contratuais e legais, quais sejam: contrato social, ato constitutivo ou pessoa jurídica, procuração outorgando poderes credenciado (por instrumento público ou particular e documento de identificação do credenciado - pessoa física (RG, carteira de habilitação), que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente

Garantia da contratação

- 1.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

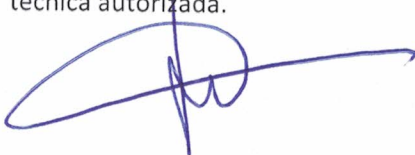
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 1.15. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 1.16. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 1.17. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Marechal Rondon, s/nº, Canto do Forte, Praia Grande-SP, CEP: 11700-740, setor de almoxarifado, de 2ª a 5ª feira das 08h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h ou às 6ª feiras das 08h às 11h30.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 1.18. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 1.19. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 1.20. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 1.21. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 1.22. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 1.23. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



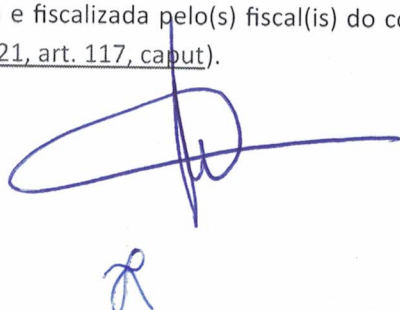
- 1.24. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 1.25. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 1.26. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 1.27. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 1.28. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 1.29. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 1.30. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 1.31. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 1.32. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 1.33. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 1.34. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



Fiscalização Técnica

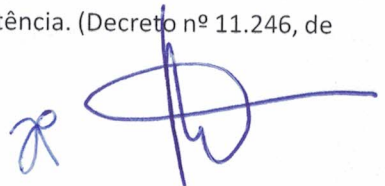
- 1.35. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 1.35.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 1.35.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 1.35.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 1.35.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 1.35.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 1.36. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 1.36.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 1.37. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 1.38. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

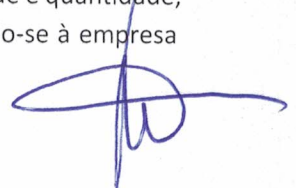


- 1.39. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 1.40. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 1.41. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 1.42. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 1.43. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 1.44. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 1.45. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 1.46. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 1.47. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
- 1.48. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 1.49. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa

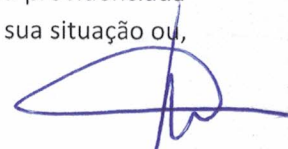


para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 1.50. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 1.51. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 1.52. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 1.52.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.53. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 1.53.1. o prazo de validade;
 - 1.53.2. a data da emissão;
 - 1.53.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 1.53.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 1.53.5. o valor a pagar; e
 - 1.53.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 1.54. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 1.55. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.56. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 1.57. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou,



no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 1.58. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.59. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 1.60. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

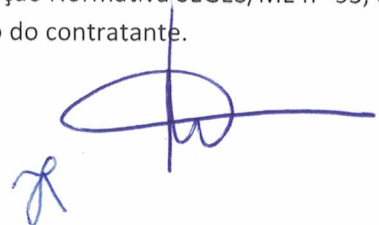
- 1.61. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 1.62. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 1.63. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 1.64. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.65. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 1.65.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.66. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 1.67. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
 - 1.67.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.



- 1.68. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 1.69. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 1.70. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 1.71. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 1.72. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

- 1.73. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

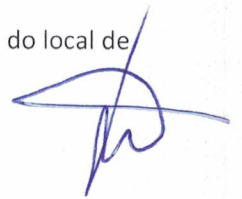
- 1.74. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 1.75. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 1.76. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 1.77. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 1.78. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 1.79. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 1.80. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 1.81. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 1.82. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 1.83. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 1.84. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 1.85. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.86. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.87. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.88. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.89. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 1.90. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- 1.91. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.92. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 1.93. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 1.94. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.95. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 1.96. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.97. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.98. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.99. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 1.100. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.101. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.102. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.103. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



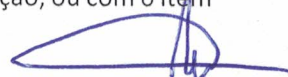

- 1.104. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 1.105. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 1.106. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 1.107. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 1.107.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 1.107.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 1.107.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 1.107.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 1.108. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 1.109. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 1.110. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 1.111. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 1.112. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 1.113. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 1.114. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item

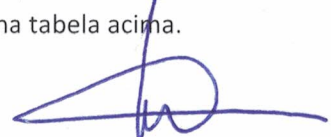


pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 1.114.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 - 1.114.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - 1.114.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 1.115. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 1.115.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 1.115.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 1.115.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
 - 1.115.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - 1.115.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - 1.115.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;
 - 1.115.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 1.116. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.421,69 (mil quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.117. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

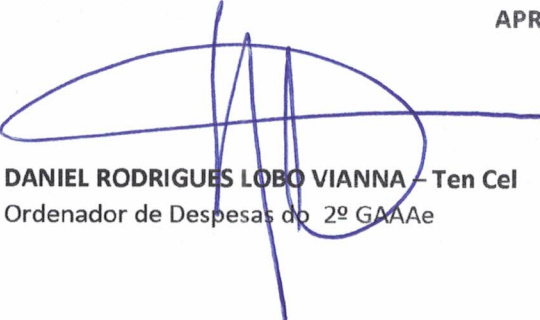
1.118. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [0001 / 160473];
- II) Fonte de Recursos: [DGO];
- III) Programa de Trabalho: [171460];
- IV) Elemento de Despesa: [339030];
- V) Plano Interno: [I3DAFUNADOM];

Praia Grande – SP, 17 de abril de 2024


JOÃO VICTOR FEITOSA DE OLIVEIRA RABELO – 2º Ten
Respondendo pelo Encarregado do Setor de Material

APROVAÇÃO


DANIEL RODRIGUES LOBO VIANNA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 2º GAAe



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA
(GRUPO JOSÉ BONIFÁCIO E FERNANDO DE NORONHA)

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME.

1. OBJETO: Aquisição de material, destinada à manutenção das instalações da OM.

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 15 a 17 ABR 24.

3. METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de
(X) Média () Mediana () Menor Preço () Outra: _____

4. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 65/2021 – SEGES/ME:

(X) I - Pannel de Preços (<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>);

Objeto	Und	Qtde	Contratante (UASG / Nome)	Licitação	Preço Unit. (em R\$)
Adaptador Flange com Borracha de Vedação, Tamanho: 50mm x 1.1/2"	Un	2	453204 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	Pregão nº 51/2023	R\$ 10,60
Adaptador Flange com Borracha de Vedação, Tamanho: 50mm x 1.1/2"	Un	2	135008 - EMBRAPA AMAPA/MACAPA/AP	Pregão nº 9/2023	R\$ 12,30
Adaptador Flange com Borracha de Vedação, Tamanho: 50mm x 1.1/2"	Un	2	785332 - DELEGACIA CAP.PORTOS EST RGS EM URUGUAIANA/RS	Pregão nº 8078/2023	R\$ 13,19
Base para registro de pressão 3/4, metal amarelo	Un	10	785810 - CENTRO DE INTEND.DA MARINHA EM RIO GRANDE	Pregão nº 10/2023	R\$ 28,93
Base para registro de pressão 3/4, metal amarelo	Un	10	160060 - BATALHAO DE POL.DO EXERC.DE BRASILIA/MEX/DF	Pregão nº 1/2023	R\$ 31,73
Base para registro de pressão 3/4, metal amarelo	Un	10	788810 - ESTACAO	Pregão nº 7/2023	R\$ 31,80

			NEGRO		
Adaptador PVC Soldável e Roscável Curto de 25mm x 3/4"	Un	10	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	Pregão nº 8270/2023	R\$ 1,02
Adaptador PVC Soldável e Roscável Curto de 25mm x 3/4"	Un	10	160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA	Pregão nº 6/2023	R\$ 1,20
Adaptador PVC Soldável e Roscável Curto de 25mm x 3/4"	Un	10	154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	Pregão nº 202/2023	R\$ 1,50
Luva com Bucha PVC Azul Roscável e Soldável 25mmx3/4"	Un	20	929241 - CAMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA	Pregão nº 48/2023	R\$ 4,28
Luva com Bucha PVC Azul Roscável e Soldável 25mmx3/4"	Un	20	120624 - BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	Pregão nº 43/2023	R\$ 4,28
Luva com Bucha PVC Azul Roscável e Soldável 25mmx3/4"	Un	20	788810 - ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	Pregão nº 7/2023	R\$ 4,80
Tê de PVC, Tipo: Soldável, Tamanho: 32mm, apara instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	12	926210 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DF	Pregão nº 34/2023	R\$ 3,00
Tê de PVC, Tipo: Soldável, Tamanho: 32mm, apara instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	12	160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA	Pregão nº 6/2023	R\$ 3,20
Tê de PVC, Tipo: Soldável, Tamanho: 32mm, apara instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	12	153177 - UTFPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO	Pregão nº 7/2023	R\$ 3,25
Joelho de Redução 90 graus, Tipo: Soldável, Tamanho: 32 x 25mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	12	257037 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGE NA - ARAGUAIA	Pregão nº 4/2023	R\$ 4,36
Joelho de Redução 90 graus, Tipo: Soldável, Tamanho: 32 x 25mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	12	983531 - PREFEITURA MUNIIC.DE GOVERNADOR MANGABEIRA/BA	Pregão nº 33/2023	R\$ 6,50
Joelho de Redução 90 graus, Tipo: Soldável, Tamanho: 32 x 25mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	12	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Pregão nº 58/2023	R\$ 6,75
Torneira de parede, Tipo: metal cromado, Tamanho: 1/2 POL, com bico arejador	Un	12	070018 - TRIBUNAL REGIONAL	Pregão nº 38/2023	R\$ 71,00

			DE SAO PAULO		
Torneira de parede, Tipo: metal cromado, Tamanho: 1/2 POL, com bico arejador	Un	12	450522 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	Pregão nº 125/2023	R\$ 73,85
Torneira de parede, Tipo: metal cromado, Tamanho: 1/2 POL, com bico arejador	Un	12	090039 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RR	Pregão nº 10/2023	R\$ 74,19
Bucha de redução longa, Tipo: Soldável, Tamanho: 50 x 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	1	160413 - COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM	Pregão nº 11/2023	R\$ 3,11
Bucha de redução longa, Tipo: Soldável, Tamanho: 50 x 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	1	135009 - EMBRAPA MEIO-NORTE/ TERESINA/PI	Pregão nº 8/2023	R\$ 3,90
Bucha de redução longa, Tipo: Soldável, Tamanho: 50 x 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	Un	1	929651 - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO/ CORRENTINA	Pregão nº 2/2023	R\$ 4,00

() II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

Foi priorizado o inciso I como fonte de consulta.

() III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

Foi priorizado o inciso I como fonte de consulta.

() IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Foi priorizado o inciso I como fonte de consulta.

() V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Foi priorizado o inciso I como fonte de consulta.

5. ANÁLISE DA PESQUISA

Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, tendo sido priorizado o inciso I como fonte de consulta

chegou-se ao:

Material/Serviço	Preço de Referência
Adaptador Flange com Borracha de Vedação, Tamanho: 50mm x 1.1/2", para instalações hidráulicas prediais de água fria	R\$ 12,03
Base para registro de pressão, Tamanho: 3/4, Tipo: metal amarelo, para instalações hidráulicas prediais	R\$ 30,82
Adaptador PVC, Tipo: Soldável e Roscável Curto, Tamanho: 25mm x 3/4", para instalações hidráulicas prediais de água fria	R\$ 1,24
Luva com Bucha PVC Azul, Tipo: Roscável e Soldável, Tamanho: 25mm x 3/4", para instalações hidráulicas prediais de água fria	R\$ 4,45
Tê de PVC, Tipo: Soldável, Tamanho: 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	R\$ 3,15
Joelho de Redução 90 graus, Tipo: Soldável, Tamanho: 32 x 25mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	R\$ 5,87
Torneira de parede, Tipo: metal cromado, Tamanho: 1/2 POL, com bico arejador	R\$ 73,01
Bucha de redução longa, Tipo: Soldável, Tamanho: 50 x 32mm, para instalações hidráulicas prediais de água fria	R\$ 3,67

6. ANEXOS: A documentação comprobatória, contendo 8 (oito) folhas que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

Praia Grande – SP, 17 de abril de 2024.


JOÃO VICTOR FEITOSA DE OLIVEIRA RABELO – 2º Ten
Respondendo pelo Encarregado do Setor de Materiais



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 12,03

MEDIANA
R\$ 12,30

MENOR
R\$ 10,60

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra
367780 2023

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00051/2023	00010	Pregão	367780	CONEXÃO HIDRÁULICA		UNIDADE	30	R\$10,60	LLG COMERCIO SERVICOS E ALIMENTOS LTDA	ESTADO DO MARANHÃO	453204 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	21/09/2023
00009/2023	00027	Pregão	367780	CONEXÃO HIDRÁULICA		UNIDADE	3	R\$12,30	REDNOV FERRAMENTAS LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135008 - EMBRAPA AMAPÁ/AMAPAP	28/12/2023
08078/2023	00001	Dispensa de Licitação	367780	CONEXÃO HIDRÁULICA		UNIDADE	5	R\$13,19	PAULO C MARTINS LTDA	COMANDO DA MARINHA	785332 - DELEGACIA CAP. PORTOS EST. RGS EM URUGUANA/RGS	14/11/2023



MÉDIA

R\$ 30,82

MEDIANA

R\$ 31,73

MENOR

R\$ 28,93

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra

227631 2023

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATHAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00010/2023	00063	Pregão	227631	REGISTRO PRESSÃO		UNIDADE	79	R\$28,93	COMERCIAL SPONCHIADO LTDA	COMANDO DA MARINHA	785810 - CENTRO DE INTEND.DA MARINHA EM RIO GRANDE	28/07/2023
00001/2023	00100	Pregão	227631	REGISTRO PRESSÃO		UNIDADE	50	R\$31,73	RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160060 - BATALHAO DE POL.DO EXERC.DE BRASIL/MEX/DF	17/08/2023
00007/2023	00629	Pregão	227631	REGISTRO PRESSÃO		UNIDADE	30	R\$31,80	MOSAICO SOLUCOES LTDA	COMANDO DA MARINHA	788810 - ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	28/12/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 1,24

MEDIANA
R\$ 1,20

MENOR
R\$ 1,02

FILTROS APLICADOS
Código Material/Serviço: Ano da Compra
373932 2023

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
08270/2023	00031	Pregão	373932	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	60	R\$1,02	VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	23/11/2023
00006/2023	00077	Pregão	373932	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	30	R\$1,20	A A COSTA CONSTRUcoes LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA	04/08/2023
00202/2023	00026	Pregão	373932	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	30	R\$1,50	MB COMERCIO, SERVICOS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	25/10/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
MEDIANA
MENOR
R\$ 4,45
R\$ 4,28
R\$ 4,28

FILTROS APLICADOS
Código Material/Serviço Ano da Compra
260148 2023

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00048/2023	00014	Pregão	260148	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	15	R\$4,28	HYDROLUZ LTDA	ESTADO DE SAO PAULO	929241 - CAMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA	11/12/2023
00043/2023	00099	Pregão	260148	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	50	R\$4,28	GVA COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	COMANDO DA AERONAUTICA	120624 - BASE AEREA DE ANAPOLIS	10/10/2023
00007/2023	00032	Pregão	260148	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	1.256	R\$4,80	MOSAICO SOLUCOES LTDA	COMANDO DA MARINHA	788810 - ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	28/12/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 3,15

MEDIANA
R\$ 3,20

MENOR
R\$ 3

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra
351416 2023

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CAT/MAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00034/2023	00136	Pregão	351416	CONEXÃO HIDRÁULICA		UNIDADE	48	R\$3	ALMIX COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA	DISTRITO FEDERAL	926210 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DF	14/12/2023
00006/2023	00113	Pregão	351416	CONEXÃO HIDRÁULICA		UNIDADE	30	R\$3,20	DUARTE E DUARTE LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA	04/08/2023
00007/2023	00206	Pregão	351416	CONEXÃO HIDRÁULICA		UNIDADE	30	R\$3,25	REDNOV FERRAMENTAS LTDA.	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	153177 - UTPPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO	23/06/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
MEDIANA
MENOR
R\$ 5,87
R\$ 6,50
R\$ 4,36

FILTROS APLICADOS
Código Material/Serviço
240429
Ano da Compra
2023

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00004/2023	00011	Pregão	240429	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	90	R\$4,36	PIPEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	257037 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	09/10/2023
00033/2023	00164	Pregão	240429	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	300	R\$6,50	IRENILSON SILVA DE SOUZA	ESTADO DA BAHIA	983531 - PREFEITURA MUNIIC.DE GOVERNADOR MANGABEIRABA	16/08/2023
00058/2023	00665	Pregão	240429	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	10	R\$6,75	BERNADETE R. DE SOUZA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	11/12/2023



MINISTERIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 73,01

MEDIANA
R\$ 73,85

MENOR
R\$ 71

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra

381089 2023

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00038/2023	00005	Pregão	381089	TORNEIRA		UNIDADE	30	R\$71	COMPREX COMERCIAL LTDA	JUSTICA ELEITORAL	070018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO	20/07/2023
00125/2023	00044	Pregão	381089	TORNEIRA		UNIDADE	54	R\$73,85	ROGERIO DUARTE DE CARVALHO	PREFEITURA DE ARIQUEMES	450522 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	27/12/2023
00010/2023	00021	Pregão	381089	TORNEIRA		UNIDADE	6	R\$74,19	MOREIRAMAQ EMPREENDIMENTO LTDA	JUSTICA FEDERAL	090039 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/RR	21/07/2023



MINISTERIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
MEDIANA
MENOR
R\$ 3,67
R\$ 3,90
R\$ 3,11

FILTROS APLICADOS
Código Material/Serviço Ano da Compra
264803 2023

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00011/2023	00116	Pregão	264803	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	16	R\$3,11	REDNOV FERRAMENTAS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160413 - COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM	26/06/2023
00008/2023	00102	Pregão	264803	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	30	R\$3,90	FORTZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135009 - EMBRAPA MEIO-NORTE/TERESINA/PI	14/09/2023
00002/2023	00028	Pregão	264803	CONEXÃO HIDRAULICA		UNIDADE	30	R\$4	FR CONEXOES LTDA	ESTADO DA BAHIA	929651 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO/CORRENTINA	05/06/2023